

VISÃO DO CORREIO

PNE não pode ser plano para tapar buracos

Em meio ao período de instabilidade política e institucional que preocupa o país —, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei sobre tema que também exige vigilância: o novo Plano Nacional de Educação (PNE). Trata-se do conjunto de diretrizes, estratégias e metas que vão guiar a educação brasileira — da creche à pós-graduação — pelos próximos 10 anos. Por si só, um projeto hercúleo. Ainda mais desafiante porque substitui uma versão marcada pelo não cumprimento de tudo o que foi proposto.

A divergência de narrativas também contamina a análise do PNE antigo. Enquanto o Ministério da Educação (MEC) calcula um alcance superior a 76%, levantamento produzido pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados em 2025 mostra que 61% do que foi estabelecido ficou no papel. Certo mesmo é que os dois balanços são ruins. Considerando que a educação é um dos principais caminhos de redução de desigualdades e motor estratégico para o desenvolvimento de um país, não há de se minimizar falhas.

A expectativa é de que os novos mecanismos voltados ao monitoramento e à coordenação federativa permitam um desfecho melhor do PNE em vigência. Nesse sentido, especialistas percebem como avanços a projeção de metas para estados e municípios e a fiscalização periódica do plano. A partir de agora, a checagem do cumprimento das metas se dará a cada dois anos. Até então, se dava ao fim da validade da lei federal.

Gestores terão, dessa forma, de regularmente compartilhar os avanços e justificar retrocessos e estagnações, o que pode fortalecer mecanismos de

responsabilização e investimentos na área. O percentual atual de dinheiro dedicado à educação é equivalente a 5,5% do PIB; o novo PNE estipula que chegue a 7% até o sexto ano de vigência — ou seja, em 2033, véspera de ano eleitoral — e a 10% em 2036. Ainda que cumprida, a meta se tornará realidade com mais de uma década de atraso, já que tal patamar foi previsto no PNE aprovado em 2014.

Ao **Correio**, Brenda Prata, especialista da Fundação Ayrton Senna, chama atenção para a qualidade dos futuros gastos em educação, sobretudo em função da grande disparidade entre as redes e da recorrente falha na conexão entre investimento e aprendizagem. “Há municípios com políticas estruturadas e outros sem capacidade técnica mínima, bem como desigualdades estruturais de raça, território, gênero e modalidades específicas, como educação indígena e do campo”, detalha.

Sob essa ótica, o cumprimento integral do PNE só se torna realidade quando deixa de ser entendido como uma política isolada e passa a ser conduzido de forma intersetorial. Condições de saúde, violência de gênero e urbana e até a crise climática são alguns dos fatores que interferem na ida à escola às condições das experiências vivenciadas nela. Incredivelmente, também costumam estar fora dos radares de secretários de Educação e outros gestores públicos — os mesmos que decidem por cortes na pasta em momentos de crise orçamentária. A conta não fecha, e o fracasso é boletim infalível. Enquanto a educação não fizer parte das prioridades nacionais, os PNEs serão políticas para tapar buracos.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Corrupção no Judiciário

O artigo do Ministro Flávio Dino no **Correio Braziliense** (edição de 26 de abril) é um chamado à ação. Ele destaca a complexidade e os altos valores envolvidos na corrupção judicial, exigindo respostas mais firmes. A insuficiência dos mecanismos de controle atuais é um ponto crítico que compromete a efetividade do sistema. É imperiosa a revisão do capítulo do Código Penal sobre os crimes contra a Administração da Justiça, com a criação de tipos penais mais rigorosos e específicos para corrupção, peculato e prevaricação envolvendo membros do sistema de Justiça. A necessidade de regras céleres para afastar agentes públicos corruptos é inadiável e urgente. A perda automática do cargo após condenação transitada em julgado é essencial para restaurar a credibilidade. A responsabilização criminal de quem obstruir investigações é igualmente vital para o processo. Citando Norberto Bobbio, a institucionalização da sanção é a base de um sistema justo e equitativo. A visão de Dino reforça a importância de uma resposta efetiva e proporcional às transgressões. O objetivo final é uma Justiça mais íntegra, que responda aos anseios da sociedade brasileira.

» **Marcelo Galimberti Nunes**
Brasília

Liberdade de expressão

No afã de combater fake news e opiniões criminosas, estamos assistindo a um processo preocupante: a liberdade de expressão vem sofrendo censuras inaceitáveis. É evidente que a sociedade precisa se proteger contra a desinformação e contra discursos que atentem contra a dignidade humana ou a ordem democrática. No entanto, não podemos permitir que, sob esse pretexto, vozes legítimas sejam silenciadas e críticas sejam sufocadas. A liberdade de expressão é um dos pilares da democracia. Sem ela, não há debate público saudável, não há fiscalização do poder e não há espaço para a pluralidade de ideias. Combater notícias falsas é necessário, mas deve ser feito com critérios transparentes, sem arbitrariedades e sem transformar a moderação em instrumento de censura. É urgente que encontremos um equilíbrio: proteger a sociedade contra abusos, mas também garantir que o cidadão possa se manifestar livremente, sem medo de perseguições ou restrições indevidas. A democracia só se fortalece quando a liberdade de expressão é respeitada em sua plenitude.

» **Marcos Fabrício**
Asa Norte

Planos de saúde

Para muitos idosos, o maior peso não é a idade, mas o medo de não conseguir pagar o plano de saúde. Cada reajuste empurra alguém para a insegurança, como se cuidar da própria saúde fosse luxo. Com a aposentadoria, o salário encolhe, o consumo de remédios aumenta, e as operadoras continuam reajustando o plano anualmente. Envelhecer não deveria exigir tanto sacrifício.

» **Pacelli M. Zahler**
Sudoeste

Revitalização da W3

VLT na W3 acumula uma década de atraso e atrapalha a

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

TABAGISMO CRIMINOSO E LETAL

O tabagismo agride a natureza, destruindo a saúde dos humanos, que buscam absorver as impurezas dos cigarros letais, próprios de insanos.

O tabagismo ataca, com vileza, os fumantes ativos, levanos, e os fumantes passivos, sem defesa, a morrer aos milhões, todos os anos.

O tabagismo polui o ambiente e causa danos aos inconsequentes, em dimensão intergeracional.

Pois os fumantes, sempre irreverentes, semeiam câncer em milhões de gente, com mortes prematuras deste mal.

Souza Prudente — Brasília

revitalização. A comercial da W3 Sul nunca mais será a mesma. O comércio migrou para as quebradas, e não tem mais volta. Lembro-me de quantas vezes eu tinha que sair de Sambaíba para resolver alguma coisa ou comprar algum produto em Taguatinga. Agora, não precisa nem sair do sofá!

» **Caio César Farias**
Brasília

Cortes no orçamento

O Orçamento do Distrito Federal sofrerá corte de 25%. Poderia ser um arrocho nas contas por dar aumento para categorias profissionais, por pagar as ações judiciais perdidas, por construir mais hospitais, por reformar praças, por implementar mais ciclovias e calçadas, por investir em servir melhor o povo, por educação de qualidade. Mas, não. Os cortes virão em razão do vício para se ter o que ainda não se tem. Logo, quem tudo quer, tudo perde. É inescusável esse rolo todo no BRB para a população do DF. É triste!

» **Luciana Assunção**
Brasília



IRLAM ROCHA LIMA
irlam.rochabsb@gmail.com

Cine Buarqueano

Nome exponencial da cultura brasileira, artista da geração de ouro da MPB, com atitude e posicionamento progressista no espectro da cultura do país, Chico Buarque de Hollanda é quase uma unanimidade nacional. Além de sua preciosa contribuição para nosso cançãoeiro, tem se destacado na área das artes cênicas — tanto no âmbito do teatro quanto do cinema.

Portanto, é mais que justificável a criação de um site-livro, sob a responsabilidade do crítico Carlos Alberto Mattos, que tem como atribuição analisar e armarzenar músicas, documentários e filmes, parte do legado desse intelectual, de grande representatividade, como protagonista.

Historicamente, o processo buarqueano teve início em 2024, quando Mattos leu Cine Subaé, livro lançado pela editora Companhia das Letras, que reúne textos de Caetano Veloso sobre cinema que traziam algo semelhante ao focalizar um dos seus ídolos: Chico Buarque.

Tudo começou quando o crítico não encontrou nada parecido, decidiu criar o site-livro intitulado Chico Buarque — Ele faz cinema (wwwchico-cinema.com), que realiza levantamento sobre as diversas relações entre a obra do cantor e compositor e escritor paulistano-carioca e a arte cinematográfica.

Em entrevista recente a *O Globo*, Mattos destacou: “Construí o site ao longo de

um ano e meio de pesquisa, em que re-litudo do Chico”, destacou. “É um trabalho de fã, em que analisei suas músicas nos filmes e documentários, as adaptações de seus livros e peças para as telas; enfim, o cinema em sua vida — inclusive, eventualmente, como ator”, acrescentou.

Faz sentido. A trajetória de Chico teve início na primeira edição do Festival da Record, em 1966. Sem disfarçar a timidez, ele venceu o certame ao interpretar *A banda*, de sua autoria, que o levou a ser conhecido e reconhecido nacionalmente. “Estava à toa na vida/ O meu amor me chamou/Pra ver a banda passar/ Cantando coisas de amor...”, diz no verso de abertura da marchinha.

Dois anos depois, já mais solto, estava no elenco de Retrato em branco e preto, produção para cinema da qual, pela primeira vez, tomou parte.

Mas ele viria a chamar atenção, enquanto ator, em *Quando o carnaval chegar*, filme dirigido por Cacá Diegues, ao contracenar com Maria Bethânia e a saudosa Nara Leão.

Para o teatro, Chico Buarque escreveu as peças *Ópera do malandro* (1968), *Gota d'água* (1975) e *Grande circo místico* (2021); e ainda lançou os livros *Calabar*, *Fazenda modelo*, *Estorvo*, *Benjamim*, *Budapeste* e *Irmão Alemão*, entre 1995 e 2019. Como se observa, o talento de Chico se espalha por diferentes setores da cultura do país.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br